ZERO defende que indústria do pinheiro-bravo se encontra em risco por falta de apoios

10 de Julho, 2018

A ZERO – Associação Sistema Terrestre Sustentável, recuperando dados do ICNF – Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas e do Centro PINUS – Associação para a Valorização da Floresta de Pinho, garante que é muito provável que a área ocupada por pinheiro-bravo em Portugal, após os incêndios do passado ano, fique abaixo dos 500 mil hectares, situação que coloca em risco a indústria do pinheiro-bravo, sem apoios.

A situação descrita "muito em breve irá colocar em risco a indústria ligada à exploração do pinhal (em particular as serrações), a qual mantém 80% do emprego no setor industrial da floresta – mais de 54 mil pessoas trabalhavam, em 2016, em 8458 empresas, representando 46% do volume de negócios da Fileira Florestal", revela a ZERO.

A associação ambientalista defende que deve ser levada a cabo uma "nova geração de políticas públicas", onde o pinheiro-bravo faça parte da equação, aproveitando o caráter "pioneiro" desta espécie autóctone, cuja instalação em áreas de solos pouco estruturados e delgados pode facilitar a transição para uma floresta de folhosas autóctones – por exemplo carvalhos, cerejeira-brava, plátano-bastardo e aveleira.

"Exige-se mesmo que, a muito curto prazo, seja desenhada uma linha de apoio específica para o aproveitamento da regeneração do pinheiro-bravo como parte integrante das medidas dirigidas à instalação de espécie autóctones, reforçando ainda mais as verbas do Fundo Florestal Permanente", nota a ZERO.

Investimento com retorno garantido

A ZERO considera que bastaria um apoio público com fundos comunitários associados de 800 euros/hectare – 24 milhões de euros por ano, durante 5 anos – para que fossem efetuadas correções de densidade em áreas atualmente com regeneração natural, cuja área de ocupação pode chegar aos 150 mil hectares, para que nos próximos anos ficassem garantidos os postos de trabalho e o retorno económico da fileira.

Acresce que existem dados, nomeadamente os fornecidos pela Floresta Atlântica – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, onde o IFAP possui 40% do capital social (gere 5.097 hectares, 60% dos quais de pinheiro-bravo) – que demonstram que uma gestão integrada dos povoamentos da espécie pode gerar taxas de retorno de investimento que podem ultrapassar os 10% ao ano ao longo do período de exploração do pinhal. Este contexto demonstra que a exploração do pinhal é mais sustentável a prazo que a aposta no eucalipto e que existe uma desinformação generalizada junto dos proprietários rurais que urge corrigir.

“Assiste-se ao desaparecimento de uma economia ligada à exploração do pinheiro-bravo que ainda mantém muitos empregos nas áreas rurais, mas se se mantiverem as contradições entre os discursos políticos e os apoios públicos às atividades económicas existentes, a prazo pouca floresta resistirá”, termina a associação ambientalista.